

*Ética e técnica em psicanálise*

Luís Claudio Figueiredo e Nelson Coelho Junior

São Paulo, Escuta

2000

## Nau de condenados

Mauro Pergaminik Meiches

Este livro combina o esforço de dois autores em torno dos temas da ética e da técnica em psicanálise. Luís Claudio Figueiredo e Nelson Coelho Junior apresentam, cada um, vários textos que tratam de questões ligadas à clínica psicanalítica, tendo como eixo estes dois significantes capitais que já percorreram décadas de produção escrita. Ao leitor, vale um aviso: prepare-se para agendar um encontro com a surpresa que determinadas passagens certamente provocam, arejando e deslocando certos rumos que o tratamento da ética e da técnica em psicanálise parecem obrigados a percorrer.

Os autores iniciam seu trabalho mediante a evocação de uma filiação. Menos que isso talvez, já que a filiação tem a possibilidade de reduzir-nos às nossas origens sem mais, fala-se aqui de aproximações e simpatias cuja nomeação localiza o tipo de formulação que está por vir ao longo do volume. Ogden, Bollas, Ferenczi, Searles, Kahn são alguns dos referidos, mas que não esgotam nem de longe os nomes da pesada

que encontraremos adiante, como Heidegger e Merleau-Ponty, cujas teorizações serão determinantes de muitas idéias aqui apresentadas, de diferentes maneiras. Talvez, em relação a estes últimos filósofos, coubesse pensar em uma filiação, no sentido forte do termo. Um clima, uma atmosfera de aproximação e desenho dos conceitos que exigirá, obrigatoriamente, serenidade, porosidade, dúvida, incompletude, ao lado de uma certa suficiência para que a articulação conceitual não perca a consistência. Aproximação e simpatia são, neste contexto, verdadeiros pilares metodológicos.

Tudo isso já fala de uma ética. Logo no início, podemos ler:

“Ética entendida como *posição* e como *lugar* (morada), como postura fundamental, como modo de escutar e falar ao e do outro na sua alteridade – a alteridade do inconsciente. Uma ética compreendida como abertura, respeito, resposta e propiciação ao outro. Algo que não se assemelha em nada a uma ‘moral’ e que, portanto, não poderá jamais ser convertido em código de prescrições e proibições” (p. 7).

Abertura e propiciação ao outro, ou a uma aproximação com o outro, serão preocupações explícitas e recorrentes de todo o livro. Elas fundamentariam a ética que propõe uma não utilização da técnica como um conjunto de prescrições a serem seguidas de maneira mais ou menos mecânica pelo psicanalista. E é com este intuito que os autores passam a desenvolver suas questões.

Na primeira parte, Figueiredo, no texto “Presença, implicação e reserva”, debruça-se sobre os chamados escritos técnicos de Freud. Esta leitura pauta-se pelo paradigma que não desvincula a técnica em psicanálise de sua contrapartida teórica. Não é possível qualquer referência à técnica como mero procedimento, cuja aplicação livraria o analista de pensar no que faz em muitos sentidos. Desta maneira, a técnica deve ser concebida como o prolongamento lógico de uma postulação metapsicológica e esta como consequência da atividade clínica que, no seu momento substantivo, por assim dizer, incorpora “tudo”, sem no entanto revelar seu andaime.

Como muitas vezes já tivemos oportunidade de ler, o analista tem de sustentar uma posição para que a análise aconteça. Muito bem, mas que posição seria esta? Que lições podemos tirar dos conselhos freudianos?

Logo de início, citando Freud, Figueiredo fala da *natureza negativa* dos escritos técnicos. Isso quer dizer que não há neles uma positividade normatizadora de condutas. Há sim, e como, a intenção de “interditar ou dissuadir certos procedimentos entre analistas inexperientes e afoitos” (p.14). É como se encontrássemos umâ caixa ansiando pela revelação de seu conteúdo e, quando de sua abertura, descobrimos que seremos nós a preencher aquele vazio com coisas que caibam dentro dele. Há muitas que de fato não cabem. Neste movimento, enterra-se a esperança do iniciante, mas que não deixa de acompanhar muitos veteranos, de ver revelados enfim os segredos da boa receita, rumo a uma certeza reconfortante. Não há Outro capaz de tal doação, o que nos joga de certa maneira numa nau de condenados.

Mas, dada a aceitação destas premissas, caberia "... assinalar que quanto mais compreendemos a vastidão do que fica a cargo de cada experiência de cura analítica em matéria de procedimentos e regras, mais restrita e 'negativa' seria a natureza dos conselhos." (p. 16)

É, sem dúvida, anedótico, mas não sai da cabeça deste resenhador o dito popular que se conselho fosse bom (em sua absoluta positividade) ninguém dava de graça.

Há, no entanto, coisas que devem ser interditas para fins de terapêutica analítica. Mas, ao mesmo tempo em que estas interdições são nomeáveis, como o uso abusivo da sugestão, aprendemos que, por outro lado, é possível usá-la na saída de certos impasses transferenciais. Ou seja, a negatividade, além de não explicitar claramente nada, passa a exigir que até os procedimentos não muito católicos sejam repensados em termos estratégicos. E, salvo raríssimas exceções, a idéia de ato analítico comporta de fato uma gama inumerável de procedimentos.

Para tudo isso, há uma contrapartida por parte do analista. Falamos da indissolubilidade de vínculos entre técnica e teoria. A posição do analista diante da negatividade dos inventos técnicos é aquela do cultivo de uma reserva. E, aqui, o artigo atinge seu ponto alto, desdobrado depois em vários dos apêndices que compõem a publicação.

A reserva pode ser metaforizada ecologicamente. De posse dela (o que não é a melhor maneira de pensá-la), o analista poderia suportar a diversidade da demanda clínica, mergulhar e contaminar-se nela, para em seguida recobrar os sentidos, de um jeito discriminado, o que permitiria executar ou pelo menos propor uma transformação de uma situação aparentemente sem saída. O tema da reserva, alicerçado na leitura de muitos autores, aponta para uma progressiva ausência na presença que o analista exerce durante o tratamento. Ausência na presença? Sim, algo que pede a presença, mas não a intrusividade. Às vezes, a intrusividade, por que não? Com raríssimas exceções, nada fica de fora das possibilidades de raciocínio e invenção clínica.

Desdobramentos desta postulação atingem as práticas institucionalizadas da análise do analista e da supervisão. Elas deveriam (no melhor dos mundos) ajudar a constituir esta reserva, ou reconstituí-la quando o analista usou-a em demasia e já não se dá conta disto. Não é bem este o mundo em que vivemos e o texto pontua isto.

Por tudo isso, Figueiredo ainda escreve: "A precariedade é fundamental à posição do analista" (p. 36). Podemos ler nisto algo estrutural e desejável, e também uma crítica ao comportamento das instâncias capazes de velar por estas reservas tão facilmente esgotáveis, se não se tem em conta justamente sua precariedade.

"Em todas as estratégias, contudo, a manutenção e criação de reservas psíquicas dá o rumo e a meta do processo analítico. É nessa medida que uma ética se mantém, enquanto as técnicas podem e devem variar" (p. 44).

Nelson Coelho Junior inicia seu texto com um extenso glossário para nos introduzir em uma conceituação que tem origem em Merleau-Ponty. Com isto, o autor constrói, entre outras, a idéia de uma intercorporeidade que fala de nosso contato com o mundo, o que envolve, conseqüentemente, a clínica psicanalítica. Todo o desenho que vai aos poucos sendo esboçado visa desmanchar, de certa maneira, pressupostos de conhecimento que há muito consideramos automáticos ou naturais. E a própria maneira de conhecer, suas categorias constituintes, entram nesse turbilhonamento que se debruça sobre a mais inocente das cenas cotidianas que podemos vivenciar. É quase um susto ver a possibilidade de leitura de uma outra espessura da realidade se erguer conforme as páginas avançam rumo a uma "porosidade originária", anterior à separação entre sujeito e objeto (que, aliás, não conseguem mais a mesma distinção após esta leitura), num momento que o autor cunhou de pré-reflexivo.

A uma percepção eivada de ambigüidade, corresponde um mundo; sua apreensão dar-se-á de maneira bastante deslocada daquela que um paradigma científico pôde conceber.

"Perceber a realidade é simultaneamente ser tocado pelo que nos circunda e construir este mesmo entorno. Há, assim, uma mútua constituição entre o que denominamos sujeito e objeto e entre percepção e realidade. A percepção é ação constante psíquica/fisiológica, transformação, construção e constituição; e o ato perceptivo é, simultaneamente, apreensão e construção da realidade" (p. 74).

Com isso, o autor nos dirá um pouco adiante, esvaem-se as categorias de sujeito e objeto, pelo menos no tocante ao seu isolamento para fins de conhecimento e posse de uma certa realidade. E é com essa concepção, fenomenologicamente trabalhada, que Coelho encaminha a discussão da atenção freudiana, aquela que deve flutuar de maneira equânime pela fala do paciente.

"Considero a *atenção igualmente flutuante* elemento central na constituição de uma ética da escuta e do falar ao outro em sua alteridade. Uma ética que é, acima de tudo, abertura ao outro" (p. 78).

Está aí, postulado de forma explícita, o tanto de nós mesmos que devemos tornar sensível para que uma escuta não enclausure um outro já bastante atrapalhado em sua possibilidade de abertura para o mundo.

A partir daí, movido por uma verdadeira filiação, o autor nos leva à noção husserliana de *epoché*, para colocar em suspensão um plano reflexivo/representacional, paradigma estreito para uma escuta clínica e, maior que isso, para uma vida mais plena. Esta suspensão, que "não garante a eliminação decisiva da incerteza", deixa-nos certos de poder contar com alguma outra coisa antes que essa coisa mesma ganhe um predicativo. Está aí a abertura rumo a uma sincera diferença.

Algo que me pareceu importante é a ressalva de que manter em suspensão não é eliminar, mas sim um momento de elaboração, com vistas a resgatar ampliando

as múltiplas determinações do que quer que seja. Determinação já seria uma categoria que carrega demais nas tintas e de certa maneira se opõe a essa delicadeza de raciocínio.

Caberia ao analista colocar-se em situação de risco “muitas vezes perdendo momentaneamente a teoria que acredita sustentar” (p. 86). Esta quase epígrafe tem conseqüências mais profundas. Ela imbrica a ética, a técnica, e tudo o mais, numa corporeidade, sem a qual os conceitos e as estratégias são ocas e não propiciam qualquer transformação. Esta intercorporeidade acrescenta algo à intersubjetividade, nossa velha conhecida.

Caberia ainda uma provocação. Os dois autores escrevem, por assim dizer, na areia, ou melhor ainda, constituiriam a areia sobre a qual escreveríamos nós, algum dia. Sobre o suporte muitas coisas podem acontecer. É possível pisá-la, sentir sua consistência e temperatura. É até cabível usá-la para veicular outras palavras e idéias. Diante da negatividade exercitada em tal profundidade é como se tudo que pudéssemos pensar coubesse neste pedaço de praia. Só não é possível deixar de pisá-la, discordar das condições que ela impõe. Forte e estranha esta sensação de estar amarrado ao nada que também constitui nossa corporeidade, percepção e reflexão.